

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Jornal do Brasil

Class.:

264

Data

03/07/84

Pg.:

DNPM diz que alvarás são anteriores a índios

José Rezende Jr.

BRASÍLIA — O diretor-geral do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), José Belfort Bastos, negou que tenha sido concedido sequer um único alvará para pesquisa em área indígena, como revela levantamento preparado por um grupo da Coordenação Nacional de Geólogos (Comage) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), no início de 86. Segundo o levantamento, haviam sido concedidos, até aquela época, 537 alvarás de autorização de pesquisa em áreas indígenas da Amazônia e o DNPM tinha acatado outros 1.732 requerimentos para pesquisa.

"Esse levantamento não é verídico", afirma Belfort Bastos, que garante ter documentos que comprovam a inexistência de pesquisa em áreas indígenas. O diretor-geral do DNPM, no entanto, negou-se a apresentar esses documentos. Belfort Bastos diz que algumas áreas de garimpo de ouro, na Cabeça do Cachorro (noroeste do Amazonas), estão sendo

hoje pleiteadas pelos indígenas, mas de pois de terem sido concedidos alvarás para pesquisa na região. Ele não sabe dizer quantos seriam os alvarás: "Eu acho esse um assunto completamente sem importância. E não tenho tempo de ficar guardando números, sou um homem muito ocupado", alegou. Quanto ao es trondoso atropelamento sofrido pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — que, no dia seguinte à divulgação da portaria pelo JORNAL DO BRASIL, determinou a suspensão de todos os alvarás de pesquisa em áreas indígenas —, Belfort Bastos disse que a portaria veio apenas regulamentar o Decreto 88.985, do presidente Figueiredo. Por azar, uma regulamentação que veio se dar justamente quando se elabora o novo texto constitucional. Aureliano havia, inclusive, assumido o compromisso de aguardar a decisão dos constituintes para se decidir sobre o assunto, quando foi atropelado pela portaria. "Eu não sabia dos compromissos políticos do ministro", desculpou-se o diretor-geral do DNPM.

Lobistas atuaram na madrugada

Os constituintes que fizeram parte da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias estão convencidos de que a portaria da Funai e do DNPM que abriu, desde 18 de maio, as terras indígenas à exploração das empresas mineradoras, foi articulada junto aos escalões inferiores do governo (no caso os dois órgãos) pelos mesmos lobbies que trabalharam com afinco dentro da Constituinte.

Essa convicção começou a se esboçar com a observação de que o próprio ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, foi atropelado pela portaria. O ministro havia assumido o compromisso de apoiar integralmente o artigo do relatório da subcomissão, que diz que "a pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica em terras indígenas somente poderão ser desenvolvidos, como privilégio da União, no caso de o exigir o interesse nacional e de inexistirem recursos conhecidos e suficientes para o consumo interno e exploráveis em outros pontos do território brasileiro."

Mais do que apoiar, Aureliano Chaves, com uma posição que surpreendeu a subcomissão, participou

da articulação desse artigo junto com o relator Alcení Guerra (PFL-PR).

Os constituintes lembram que durante a votação do relatório pela Comissão de Ordem Social, em 15 de junho, os lobbies trabalharam com afinco no sentido de derrubar o artigo. As 3h30min da madrugada, o senador Odacir Soares (PFL-RO) propôs aos membros da subcomissão a garantia de aprovação do relatório, desde que eles concordassem em fazer uma pequena alteração no texto, abrindo a exploração também as empresas nacionais.

Na mesma oportunidade, foram apresentadas sete outras emendas — de autoria dos deputados Osvaldo Aranha (PL-RJ), Nilson Gibson (PMDB-PE), Leur Lomanto (PFL-BA), José Lourenço (PFL-BA), Cunha Bueno (PDS-SP), Gastone Riggi (PTB-SP) e Lourenço Batista (PFL-SE), propondo a abertura do subsolo indígena à iniciativa privada, nacional ou estrangeira. Os membros da subcomissão identificaram todas as emendas como oriundas da mesma fonte de interesse: o Conselho de Segurança Nacional.

"O Conselho de Segurança Nacional considera os índios um empecilho à expansão do desenvolvimento capitalista, tanto nas áreas de fronteira como nas frentes pioneiras de expansão", afirma o antropólogo e deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), integrante da subcomissão. Sabóia, no entanto, acha que os interesses do conselho e o das mineradoras não são os mesmos. (J.R.J.)